



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1159

As Mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma Nova Hegemonia

Nicolle Montalvão Pereira

(Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá)

Resumo: As mulheres estão à margem de toda a história da humanidade. Porém, mesmo marginalizadas, elas sempre estiveram presentes, contribuindo de várias formas para as lutas travadas. Na Revolução Sandinista (1979 – 1990), ou Nicaraguense, não foi diferente. Este peculiar processo de insurreição popular derrubou, através da luta armada liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a ditadura da família Somoza, a mais duradoura de toda a América Latina, e reconstruiu um país em ruínas. Assim como a revolução cubana serviu de modelo para as revoluções nos anos 1960-70, a Nicarágua inspirou as dos anos 1980, particularmente em El Salvador e Guatemala. No entanto, seu caráter paradigmático não impediu que em seu processo as mulheres nicaraguenses encontrassem inúmeros desafios, até mesmo dentro da própria FSLN. Elas estiveram presentes nos dois momentos do processo revolucionário: no primeiro momento, de guerrilhas urbanas e no campo e da inevitável guerra civil – que derruba o regime somozista –, ocupando diversas funções, inclusive no comando de exércitos; e no segundo momento, de construção da Nova Nicarágua, isto é, de mudanças na sociedade nicaraguense – a população tinha em suas mãos a tarefa de reerguer o país e transformá-lo conforme seus anseios e necessidades –, onde estas mulheres permaneceram organizadas, exigindo direitos e liderando povoados inteiros. Por vias de um resgate histórico e bibliográfico, este artigo visa problematizar e trazer à tona a importância da organização das mulheres enquanto a organização dos subalternos, dentro do processo de construção de uma nova hegemonia: a revolução sandinista.

Palavras-chave: Revolução Sandinista; FSLN; mulheres; grupos subalternos; hegemonia.

Introdução

Localizada entre Honduras e Costa Rica e banhada por ambos os oceanos Atlântico e Pacífico, a Nicarágua, colonizada pelos espanhóis, foi cenário de inúmeras disputas territoriais. Em meados do século XVI, os índios nicaraos se renderam aos conquistadores, e assim iniciam-se longos anos de disputa do controle da Nicarágua, passando pelos governos do Panamá, Honduras, Guatemala e até do México no começo do século XIX. Somente “em 1826, toda a Nicarágua se organiza como país, proclamando a independência e passando a fazer parte das Províncias Unidas da América Central” (MAREGA, 1981; p.11).

A partir deste momento, a Nicarágua passa a sofrer invasões promovidas por estadunidenses, como a primeira realizada pelo pirata Walker. “Dezesseis vezes a Nicarágua sofreu intervenção direta dos Estados Unidos, desde 1847” (NEPOMUCENO, 1985; p.108), e assim tem-se uma série de governos alinhados diretamente aos EUA. Os interesses estadunidenses acerca da Nicarágua eram muitos, mas o principal era a realização de um canal que ligasse os dois oceanos, como o canal do Panamá. Em oposição aos ofensivos governos de submissão ao imperialismo *yankee*, surgem movimentos defensivos do país, nacionalistas e liberais. Em 1912, os nacionalistas ocupavam cidades como a capital Manágua, Granada e Masaya, o que obrigou o então presidente Adolfo Díaz a recorrer aos EUA, que invade o país novamente, sob o comando do militar Smedley Butler.

Em 1926, ocorre um conflito entre liberais e conservadores na Nicarágua. O exército liberal se revolta contra o presidente conservador imposto pelos EUA e tal contexto torna-se propício para o fortalecimento dos movimentos de oposição ao governo. “Dois grupos fazem oposição armada ao governo. Um liderado pelo general José Maria Moncada e outro por Juan Bautista Sacasa” (MAREGA, 1981; p. 18). Augusto Sandino, que vivia fora de seu país de origem desde 1921, retorna à Nicarágua, adere à luta e organiza o seu exército. Com o presidente Adolfo Díaz de volta ao poder e uma nova invasão militar estadunidense, os grupos “liderados por Juan Bautista Sacasa, pelo general José Maria Moncada e pelo general Augusto César Sandino, não se intimidam” (MAREGA, 1981; p.14), mas em 1928, os dois primeiros acabam se rendendo, diferente de Sandino que resiste até ser garantido a ele que as tropas estadunidenses sairiam do país.

Foi em 1933 que, de acordo com Eric Nepomuceno (1985; p. 103),

“Derrotado pelas forças de Augusto César Sandino 'general de homens livres', o exército norte-americano de intervenção abandona a Nicarágua. Acordos políticos permitem a eleição de Juan Sacasa para presidente da República. Sacasa nomeia Anastasio Somoza García para a chefia da *Guardia Nacional*”.

A nomeação à chefia da Guarda Nacional resultou numa grande tragédia para a luta nicaraguense. Anastasio Somoza, também conhecido como *Tacho*, trai seu presidente e ordena o sequestro e o assassinato de Sandino. Há controvérsias sobre o conhecimento ou não da ação pelo presidente Sacasa, afirma-se que o presidente e o embaixador americano Bliss Lane foram cúmplices (ZIMMERMANN, 2006; p.24). Sobre a Guarda Nacional,

“criada em 1925, a Guarda tem como objetivo 'manter a ordem no País'. Treinada e comandada por norte-americanos, a Guarda Nacional é um 'exército profissional e apolítico'. Corporações iguais já existiam no Haiti, Filipinas e Panamá. Washington quer 'ordem' nesses países” (MAREGA, 1981; p.27-28),

ou seja, ao invés dos militares estadunidenses permanecerem na Nicarágua, os EUA treinaram os próprios soldados nicaraguenses, para que estes estivessem, portanto, a seu serviço. Assim desenha-se o golpe de Anastasio Tacho Somoza, que em 1936 derruba seu tio, Sacasa, e torna-se presidente no ano seguinte. Vinte anos mais tarde, Tacho é assassinado pelo poeta Rigoberto López Pérez e seu filho, Luís Somoza Debayle, assume a presidência. Na chefia da Guarda Nacional, em 1957, é nomeado o filho do presidente Luís Somoza, que carrega o mesmo nome que seu avô, Anastasio Somoza Debayle – o *Tachito*, dando continuidade à ditadura dos Somoza.

O período de 1934 à 1956, sendo que o início é marcado pelo assassinato de Sandino e o final, registra o assassinato de Anastasio Somoza; foi de caça e extermínio dos guerrilheiros de Sandino. A ditadura somozista era severa, alinhada aos EUA, um governo que pouco se importava com seu povo, havia fome e miséria, além de uma taxa de analfabetismo que alcançava mais de 60% da população (CORTÁZAR, 1983; p. 34).

Após a morte de Anastasio Somoza, de 1956 a 1960, ocorre a “reorganização dos sandinistas, agora não só os companheiros de Sandino, mas também seus

filhos e netos” (MAREGA, 1981; p.34). Ressalta-se um importante acontecimento, determinante para a luta de todo o povo nicaraguense: a Revolução Cubana de 1959. De acordo com Zimmerman (2006; p.45),

“A revolução cubana inspirou uma verdadeira proliferação de grupos de estudantes radicais na Nicarágua, entre 1959 e 1960: a Juventude Democrática Nicaraguense (ligada ao Partido Comunista), a Juventude Revolucionária Nicaraguense e a Juventude Patriótica Nicaraguense”.

Para além das mobilizações estudantis, “notava-se discreta mobilização das forças armadas militantes, assim como algumas greves” (ZIMMERMANN, 2006; p.45), ou seja, aos poucos militantes que defendem a luta armada vão se fortalecendo a ponto de organizarem-se em um grupo revolucionário não-estudantil, o Movimento Nova Nicarágua (MNN), fundado em 1961 que, em menos de um ano, tornou-se a Frente de Libertação Nacional. Em 1963, “Sandinista” é acrescentado ao nome da Frente ficando, portanto, Frente Sandinista de Libertação Nacional – a FSLN.

Assim nasce a FSLN e os ideais de Augusto César Sandino estão mais vivos do que nunca. Segundo Marega (1981; p. 35),

“Em 1960, os estudantes começam a ler sobre a vida de Sandino, em livros recém-publicados. Identificam suas ideias com as do guerrilheiro. Gente de diferentes partidos políticos, diferentes religiões se reúne e funda a FSLN. Entre eles, Tomás Borge e Carlos Fonseca. [...] A Frente Sandinista de Libertação Nacional organiza seus membros. Uns trabalham no campo, outros na cidade entre os operários e também na classe média. A ideia é canalizar a insatisfação popular”.

Em meados da década de 1960 se inicia um intenso período de guerrilhas, que vai até o fim da década de 1970. Nos últimos anos de 1960, a FSLN realiza discussões internas para definir de fato o que é a Frente, o que resultou na “reafirmação do exemplo de Cuba e o compromisso com a luta armada” (ZIMMERMANN, 2006; p.57), assim, os militantes sandinistas, organizados e treinados nas montanhas, começam a recrutar cada vez mais homens e mulheres, jovens e adolescentes, promovem treinamentos nas montanhas, ações de guerrilha urbana em cidades estratégicas, etc., tudo ocorrendo com enfrentamento à Guarda Nacional, o que sempre resultava em inúmeras mortes. A situação se acirra e, em meados de 1979, eclode a guerra civil.

Cabe indicar, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, desde 1974 dividida em 3 tendências (*Guerra Popular Prolongada* [GPP], a *Tendência Proletária* e a *Tendência Insurrecional*, ou *Terceirista*), crescia muito e suas ações seguiam firmes e combativas à Guarda Nacional, com grande adesão popular. As três tendências finalmente se unificam em 7 de março de 1979, construindo assim um Diretório Nacional composto por três pessoas de cada tendência. Essa unificação em torno de uma única frente de luta foi essencial para a queda de Somoza.

Em 17 de julho de 1979, Tachito Somoza foge para Miami e, no dia 19 de julho, guerrilheiras e guerrilheiros sandinistas tomam a capital Manágua, vitoriosos, seguidos por toda a população que apoiam a Frente. Inicia-se o processo de construção da revolução sandinista. Os revolucionários assumem o poder através da chamada *Junta de Governo*. Segundo Marega (1981; p.62),

“A Junta é composta por cinco membros: 1) Violeta Chamorro, viúva do jornalista Pedro Joaquín Chamorro (...). 2) Alfonso Robelo, industrial, um dos fundadores do partido dos empresários (...). 3) Moisés Hassan Morales, engenheiro civil e pró-sandinista. 4) Sergio Ramirez Mercado, advogado e também pro-sandinista. 5) Daniel Ortega Saavedra, comandante militar e membro da direção da FSLN”.

A Nicarágua adentra, enfim, uma nova fase, porém não menos difícil que a anterior. Depois de todos os anos de descaso e abandono junto a um período intenso de guerrilhas e a guerra civil, o saldo de mortos e feridos, de casas e prédios destruídos, indústrias e campos perdidos, cidades inteiras arrasadas, é gigantesco. Coube ao novo governo e a todo o povo nicaraguense reerguerem seu país.

A Revolução Sandinista, ou Nicaraguense, foi, portanto, um peculiar e paradigmático processo de insurreição popular que, através da luta armada, derrubou a ditadura da família Somoza, a mais duradoura de toda a América Latina (cerca de quarenta anos) e reconstruiu um país em ruínas. Assim como a revolução de Cuba foi inspiração para revoluções nos anos 1960-1970, a Nicarágua inspirou as dos anos 1980, particularmente a de El Salvador e Guatemala. A América Central, de certo modo, pode ser considerada o “quintal” dos Estados Unidos, todavia também tornou-se palco da resistência nacionalista e antiimperialista, barrando a exploração *yankee*.

Neste contexto, pode-se afirmar que a Revolução na Nicarágua tem dois

momentos: um primeiro que resulta na queda do regime somozista; e o segundo de construção da revolução, quer dizer, de mudanças na sociedade nicaraguense em prol da sua população, que tinha em suas mãos a tarefa de reerguer o país e transformá-lo conforme seus anseios e necessidades.

O processo da revolução sandinista na Nicarágua durou onze anos: de 1979 – com a derrubada de Somoza – a 1990 – com seu fim definido nas eleições de 1989, onde a liberal Violeta Chamorro vence o sandinista Daniel Ortega. Os anos 1980, portanto, constituíram o período mais importante da Nicarágua Sandinista, tendo seu início marcado pelas fantásticas transformações sociais promovidas não só por um novo governo revolucionário, mas pelo povo nicaraguense.

As Mulheres Sandinistas

As mulheres estão à margem de toda a história da humanidade. Porém, mesmo marginalizadas, elas sempre estiveram presentes, contribuindo de várias formas para as lutas travadas. Na Revolução Sandinista, não foi diferente.

O poeta argentino Julio Cortázar esteve presente na Nicarágua momentos antes e após o fim da ditadura somozista. Ao relatar as viagens que o sandinista Sergio Ramírez fazia para “receber juramento de posse dos integrantes regionais da Junta”, Cortázar constata que, “em Siuna, assumiram essa função três mulheres em um povoado de mineiros, o que me pareceu um bom sinal em um país onde da mesma forma que em toda a América Latina o machismo pretender ter sempre a última palavra” (1987; p.28). Tal relato demonstra a presença das mulheres na construção da revolução sandinista no momento após a queda de Somoza, liderando povoados e articuladas com o governo revolucionário.

No primeiro momento da revolução, durante a luta armada, as mulheres estavam presentes nas fileiras de guerrilheiros sandinistas, empunhando armas das mais pesadas e inclusive comandando exércitos inteiros. Marega (1981; p.59) reproduz a seguinte fala da comandante guerrilheira Mônica Baltodano,

“Sobre o fato de mulheres chefiarem homens, a comandante Mônica acrescenta: – Na guerra, várias mulheres faziam parte do comando militar. Não houve problema em dirigir homens, porque a nossa autoridade não era ganha no momento da indicação e sim na trajetória feita na guerrilha. Já tínhamos trabalhado, por muitos anos, dirigindo operações militares

menores, ombro a ombro com os homens”.

Na época da clandestinidade, as mulheres passam a ser mais numerosas na FSLN. A maioria eram jovens universitárias de famílias mais abastadas, mas havia também mulheres de famílias operárias, como Gladys Baez e Luisa Amanda Espinosa, a primeira mulher sandinista assassinada pela Guarda Nacional. Elas tinham funções bastante específicas, como “manter os aparelhos limpos, alimentar os fugitivos e cuidar deles, datilografar comunicados [...]” (ZIMMERMANN, 2006; p.55). Por outro lado, elas começam a receber treinamento militar e a pegar em armas, o que “teve profundo impacto no modo pelo qual pensavam a seu próprio respeito e em como os companheiros as tratavam” (ZIMMERMANN, 2006; p.55). As mulheres começam a tomar frente dentro da FSLN, executar tarefas que antes não as eram designadas. Acrescenta Zimmermann (2006; p.55),

“Muitos dos heróis da guerra revolucionária contra Somoza foram, na realidade, heroínas, incluindo Dora Maria Tellez, a 'comandante dois', do ataque ao Palácio Nacional, e comandante da Frente Ocidental do exército guerrilheiro; e Nora Astorga, que seduziu um odioso torturador da Guarda Nacional, conduzindo-o a uma armadilha fatal”.

Nos momentos de intensa repressão durante o estado de sítio anunciado por Somoza, onde os sandinistas estavam sendo massacrados, as mulheres estavam organizadas. Elas fundaram uma importante organização de protesto ligada à FSLN, a “Associação de Mulheres Enfrentando o Problema Nacional”, onde promoviam “manifestações contra a violação dos direitos humanos, priorizando declaradamente o abuso das mulheres do campo pelos homens da Guarda, e das prisioneiras nas celas de Somoza” (ZIMMERMANN, 2006, p.72). A situação das mulheres camponesas era terrível, aparentavam ser mais velhas do que eram devido o árduo trabalho no campo, e também eram vítimas constantes dos somozistas da Guarda Nacional, que abusavam sexualmente e moralmente destas, principalmente se a família era suspeita de colaborar com os guerrilheiros sandinistas.

Zimmermann (2006; p. 124-125) apresenta dados importantes: no exército guerrilheiro que derrubou Somoza as mulheres eram cerca de 25%; 60% da força de trabalho da campanha de alfabetização; e 80% da força de brigadistas da saúde; além de várias se oferecerem para batalhões de reserva da milícia, “mesmo quando isso significou brigar com os homens da família e os patrões”. Elas estavam

dispostas, pela revolução, desafiar anos de tradição machista que impõe às mulheres o exercício de tarefas bastante específicas. Entre enormes dificuldades, as mulheres saem vitoriosas com a FSLN na derrubada do antigo regime. A organização de mulheres formada no tempo da repressão torna-se a Associação de Mulheres Nicaraguense Luisa Amanda Espinoza (AMNLAE), em homenagem à guerrilheira.

O ingresso e a participação ativa das mulheres na Frente Sandinista foi de imensa importância para os anos seguintes à queda de Somoza, pois estas continuaram organizadas lutando por seus direitos na construção da revolução. As conquistas das mulheres foram fruto de muita luta e resistência. Muito inclusive não foi alcançado. De acordo com Zimmermann (2006; p.125),

“O grupo das mulheres sandinistas entendia que sua missão consistia tanto em organizar as mulheres para a realização de campanhas priorizadas pelo Diretório Nacional da FSLN como em promover os interesses sociais e econômicos das mulheres, especialmente as da classe trabalhadoras e camponesas. Sua ação foi mais eficiente quanto ao primeiro do que ao segundo objetivo. As propostas levantadas pela organização das mulheres geralmente desafiavam os preconceitos culturais mais profundos e as práticas discriminatórias, e algumas foram rejeitadas pela liderança da FSLN, pelo bem da 'unidade nacional'”.

Por mais que as mulheres sandinistas tenham sido essenciais para o vitorioso processo que se iniciava na Nicarágua, suas pautas eram um desafio moral e cultural à sociedade, de modo que nem o governo revolucionário quis arriscar, mesmo sob a égide de um processo revolucionário.

A Revolução Sandinista como construção de uma *nova* hegemonia e as mulheres enquanto grupo subalterno

O processo revolucionário sandinista foi, portanto, a construção de uma nova sociedade. Considerando o conceito gramsciano de hegemonia, pode-se afirmar que a revolução na Nicarágua configurou a construção de uma *nova* hegemonia. O processo de derrubada do regime ditatorial dos Somoza se dá como disputa hegemônica, e o processo da revolução sandinista tinha como dever percorrer o caminho para a consolidação desta nova hegemonia. Depois de 40 anos sob uma ditadura, a Nicarágua passa por uma transformação que contempla a insurreição

popular de forma excepcional. A Área de Propriedade do Povo (APP), a campanha de alfabetização nacional, os ateliers de poesia, a associação de mulheres (AMNLAE), etc., contribuíram para a construção desta nova hegemonia: uma elevação da consciência das massas que motivou e propiciou a reconstrução de um país em ruínas, sob os ideais do general Sandino.

Ressalta-se que a tentativa de consolidação da hegemonia na Nicarágua possui um caráter popular. A população nicaraguense em geral apoiou a revolução, um fator dos mais importantes – se não o principal – para o êxito dos objetivos sandinistas.

Verifica-se ainda, que alguns setores da burguesia se colocaram favoráveis à revolução sandinista, mas não de forma incondicional. Sobre o capitalismo e a constituição de uma burguesia na Nicarágua, Vilas (1986; p.38) afirma:

“A personalização do Estado e a política e o caráter evidentemente dinásticos da ditadura não devem encobrir o seu conteúdo de classe. Esses aspectos foram em definitivo produto e expressão do tipo de capitalismo meio burguês e meio oligárquico desenvolvido na Nicarágua através da sua insubordinação à dominação imperialista; um capitalismo no qual as linhagens familiares, as relações pessoais e o caudilhismo ainda eram a forma pela qual se manifestava o movimento de constituição de uma burguesia a partir do seio de uma sociedade oligárquica”.

Logo, pode-se falar de uma burguesia fundiária, uma burguesia industrial (urbana) e, ainda, uma *burguesia somozista* na Nicarágua, “um conjunto de família e altos oficiais da Guarda Nacional que gozaram dos benefícios em troca da sua lealdade ao regime” (VILAS, 1986; p. 44).

O apoio burguês à revolução sandinista partiu de setores que se colocaram contrários ao regime de Somoza, isto é, “frações opositoras e democráticas da burguesia” (VILAS, 1986; p.56), uma burguesia nacional que apoia os sandinistas e compõe inclusive a Junta de Governo. Zimmermann (2006; p.98) afirma que “a burguesia nicaraguense tinha perdido seu poder político embora mantivesse o controle da economia”. Latifundiários, industriais e empresários como Violeta Chamorro, líder liberal, e Afonso Robelo, líder do partido dos industriais, e demais burgueses tiveram suas propriedades (terras e indústrias) mantidas. As terras distribuídas pela Reforma Agrária eram terras dos Somoza e da “burguesia

somozista” que, assim como o ditador e sua família, fugiu do país.

Assim, a abertura da FSLN à esses setores da burguesia se manteve mesmo após a derrubada de Somoza. De acordo com Mathias (2014; p.118),

“a hegemonia é algo que se conquista através da direção política e do consenso, e não exclusivamente pela coerção. O processo de construção da hegemonia dominante, além de agregar instituições, organismos internacionais, burocracias nacionais, relações sociais e ideias, implica em elaborar e difundir uma determinada visão de mundo com características universalizantes. Bem por isso, em Gramsci, a hegemonia se realiza quando encontra o caminho das mediações, que possibilitará ligações (e acordos) com outras forças políticas e sociais”.

Nesse sentido, a configuração das forças políticas na Nicarágua garantiu a abertura necessária para a continuidade do projeto sandinista de construção de uma nova hegemonia.

Todavia, a abertura à burguesia não demora em tornar-se uma inflexão na Junta de Governo, o que levaria a um rompimento. Violeta Chamorro, viúva de Pedro Chamorro, e seu grupo de liberais rompem com os sandinistas, sob acusações como falta de democracia dentro da Junta, visto que a maioria dos membros eram sandinistas. O rompimento teve consequências preocupantes já que os dissidentes aderem a contrarrevolução. Aquela burguesia que apoiara a FSLN, neste contexto teria por objetivo impedir a continuidade do processo revolucionário.

Um outro aspecto da construção da hegemonia, utilizando o conceito de Gramsci referente aos grupos subalternos¹, nos possibilita indicar que dentro da FSLN e na população que construía a revolução, havia a presença desses grupos, com destaque à organização das mulheres.

Devido a preocupação em manter a Unidade Nacional, diversas medidas relacionadas à população em geral – como a continuação da Reforma Agrária e os direitos das mulheres – são deixadas de lado. Algumas questões sequer são discutidas entre a própria classe trabalhadora, a legalização do aborto é um dos principais exemplos. Através de artigos publicados no jornal *Barricada* (da FSLN), as

¹ “Decerto que as classes subalternas não são apenas a classe operária e o campesinato, mesmo quando o argumento gira em torno da crítica ao capitalismo, ainda que dependa muito do grau e da fase de desenvolvimento em que se encontra determinada nação ou povo. (DEL ROIO, M., Gramsci e a emancipação do subalterno, Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007, p.72).

mulheres promoveram discussões que levaram a temática do aborto à âmbito nacional, em 1985. Mas os resultados não foram satisfatórios. Mesmo o aborto clandestino sendo a principal causa das mortes entre mulheres de idade fértil, o tema era polêmico e o aborto permaneceu proibido.

No entanto, é possível perceber que as discussões relacionadas aos direitos das mulheres eram levantadas, e inclusive muito foi conquistado, “um dos primeiros decretos do novo governo sandinista em 1979 garantia direitos iguais para as mulheres” (ZIMMERMANN, 2006; p. 124). Mas ao passo que as divergências entre a FSLN e os setores conservadores (Igreja e grupos burgueses da Junta de Governo) ganhavam força, a pauta das mulheres enfraquecia, ao ponto das discussões se tornarem irrelevantes, apesar de levantadas, como foi o caso dos artigos no jornal Barricada.

Considerações finais

O caráter ensaísta do presente artigo denota problematizações às possibilidades do desenvolvimento da pesquisa de mestrado para o próximo ano. Vale dizer, que a pesquisa visa o avanço do estudo acadêmico em relação à organização das mulheres, assim como atenuar a imensa invisibilidade que ofusca parte da História, não só da Nicarágua, mas da humanidade, que é a participação política das mulheres. Para além destes objetivos, o estudo visa reforçar a produção acadêmica latinoamericana, que resgata a história e os processos de resistência na América Latina.

Previamente, a conclusão que se tira da participação das mulheres na Revolução Sandinista é que elas tiveram um papel essencial para que este processo fosse vitorioso. Infelizmente, com a decadência da revolução, isto é, a não consolidação de uma nova hegemonia, no fim dos anos 1980 e começo dos 1990, “as conquistas sociais das mulheres, obtidas nos últimos anos, eram corroídas por cortes e demissões em massa, e suas conquistas políticas foram enfraquecidas (...)” (ZIMMERMANN, 2006, p.146).

De qualquer forma, a necessidade de desvendar a verdadeira história da revolução nicaraguense, aquela que é sempre vedada e ignorada, a da presença das mulheres, está colocada.

As palavras da comandante guerrilheira Monica Baltodano², traduzem a importância destes estudos:

“Cuando recordamos la larga lucha del pueblo sandinista contra la dictadura somocista, con frecuencia se in visibiliza o se pone en planos irrelevantes a miles de sus protagonistas. Se repiten siempre los mismos nombres, particularmente de hombres, como sus principales actores. En estos días se ha agolpado en mi memoria una lista enorme de las anónimas o muy poco reconocidas protagonistas. Si quisiera hablar un poquito de cada una, en particular de las que conocí personalmente, tendría que llenar demasiadas cuartillas. Pero antes que la memoria me haga malas pasadas, he querido al menos hacer un rápido recuento de ellas, para motivar al lector a no dejar que sus nombres sean olvidados; y también a que otras mujeres escriban sobre su contribución a la lucha”.

Portanto, cabe a análise de como se deu a organização das mulheres dentro do processo de revolução sandinista, enquanto fração dos grupos subalternos em disputa na construção da revolução, isto é, na construção de uma nova hegemonia.

Referências Bibliográficas

CORTÁZAR, Julio. **Nicarágua, tão violentamente doce**. 1. ed. Tradução de Emir Sader. – São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1987.

MAREGA, Marisa. **A Nicarágua Sandinista**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1981.

MATHIAS, Meire. *Hegemonia e Processos de Integração na América Latina: Contribuições ao debate*. In. **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos; Noemia Ramos Vieira; Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (organizadores). – Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 113-128.

NEPOMUCENO, Eric. **Nicarágua: um país acossado**. 1. ed. Porto Alegre: Editora L&PM Editores Ltda., 1985.

² BALTODANO, Mónica. *La participación de las mujeres: Recuento histórico*. 2008. Disponível em https://memoriasdelaluchasandinista.org/view_stories.php?id=62

VILAS, Carlos M. **Nicarágua, Hoje: Análise da Revolução Sandinista**. 1. ed. Tradução de Cláudia Schilling. – São Paulo : Vértice, 1986.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaragüense**. 1. ed. Tradução de Maria Sílvia Mourão Netto. – São Paulo: Editora Unesp, 2006.